

SEAP-MA

500 QUESTÕES GABARITADAS
SECRETARIA DE ESTADO DE ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA DO MARANHÃO

Inspetor de Polícia Penal

**EDITAL Nº 1 – SEAP/MA – INSPETOR E MONITOR,
DE 21 DE JULHO DE 2026**



CÓD: SL-174JL-26
7901183003341

Questões Gabaritadas:

1. Língua Portuguesa	5
2. Raciocínio Lógico	33
3. Noções de História do Maranhão	43
4. Noções de Geografia do Maranhão	51
5. Noções de Informática	59
6. Direito Administrativo	69
7. Direito Constitucional	79
8. Direito Penal	89
9. Direito Processual Penal	99
10. Direitos Humanos	111
11. Legislação Extravagante	127

LÍNGUA PORTUGUESA

1. (CEBRASPE - 2024)

Texto CB1A1-I

Gigantes das tecnologias digitais, como Apple, Google e Meta, além de bancos, seguradoras, agências de turismo e outras organizações, estão decididas a levar de volta sua força de trabalho para os ambientes convencionais de trabalho presencial.

Há muitos sinais de reocupação dos escritórios e limitação do trabalho remoto a apenas um dia da semana no chamado sistema híbrido.

Vários fatores explicam essa reversão. Em primeiro lugar, estão sendo reconsiderados os ganhos de produtividade do trabalho remoto encontrados nas primeiras avaliações. Com base em uma metodologia mais robusta, estudos recentes estão revelando que aqueles ganhos eram ilusórios. Quando se analisa com cuidado a relação entre a produção por hora trabalhada remotamente e a qualidade do trabalho realizado, os resultados decepcionam.

Em segundo lugar, está ficando cada vez mais claro que o trabalho remoto, realizado de forma isolada e sem interação social, empobrece o capital humano das empresas pela falta do *feedback* imediato e repetido que ocorre nas relações presenciais.

Depreciar o seu capital humano é o último desejo das empresas, que, em vista das transformações tecnológicas, precisam de pessoas que pensem bem e rápido para propor inovações no trabalho e que se ajustem rapidamente aos desafios crescentes dos negócios modernos.

Em terceiro lugar, pesquisas recentes têm mostrado que a falta do contato face a face de forma continuada é um sério inibidor da criatividade. As teleconferências por meio de plataformas virtuais não geram as boas ideias que, normalmente, emergem nas reuniões presenciais, em que todos se observam mutuamente e aproveitam o ambiente de interação social para somar, corrigir e inovar.

Finalmente, os pesquisadores descobriram o óbvio, ou seja, que os seres humanos não vivem só de produtividade, mas valorizam momentos felizes e agradáveis, que raramente ocorrem na solidão do trabalho remoto ou nos contatos fortuitos das reuniões virtuais.

José Pastore. *A reversão do trabalho remoto*. Internet <correiobrasiliense.com.br> (com adaptações)

No último parágrafo do texto CB1A1-I, o vocábulo “fortuitos” (A) indica o modo como os contatos são mantidos virtualmente e tem o mesmo sentido do vocábulo **inoperantes**.

(B) tem a mesma classificação gramatical que o vocábulo “raramente” e significa, no contexto em questão, **aquilo que não foi planejado**.

(C) é empregado, no contexto em questão, como substantivo e seu sentido é pejorativo, expressando a inoperância das reuniões virtuais.

(D) classifica-se gramaticalmente como adjetivo e poderia ser substituído, sem prejuízo dos sentidos do texto, por **eventuais**.

(E) tem a mesma classificação gramatical e o mesmo sentido da palavra “ilusórios”, empregada no parágrafo.

2. (CEBRASPE - 2021)

Texto CG1A1-I

Começarei por vos contar em brevíssimas palavras um fato notável da vida camponesa ocorrido numa aldeia dos arredores de Florença há mais de quatrocentos anos. Permito-me pedir toda a vossa atenção para este importante acontecimento histórico porque, ao contrário do que é corrente, a lição moral extraível do episódio não terá de esperar o fim do relato, saltar-vos-á ao rosto não tarda.

Estavam os habitantes nas suas casas ou a trabalhar nos cultivos quando se ouviu soar o sino da igreja. O sino ainda tocou por alguns minutos mais, finalmente calou-se. Instantes depois a porta abria-se e um camponês aparecia no limiar. Ora, não sendo este o homem encarregado de tocar habitualmente o sino, compreende-se que os vizinhos lhe tenham perguntado onde se encontrava o sineiro e quem era o morto. “O sineiro não está aqui, eu é que toquei o sino”, foi a resposta do camponês.

“Mas então não morreu ninguém?”, tornaram os vizinhos, e o camponês respondeu: “Ninguém que tivesse nome e figura de gente, toquei a finados pela Justiça porque a Justiça está morta”.

Que acontecera? **Acontecera** que o ganancioso senhor do lugar andava desde há tempos a mudar de sítio os marcos das estremas das suas terras. O lesado tinha começado por protestar e reclamar, depois implorou compaixão, e finalmente resolveu queixar-se às autoridades e acolher-se à proteção da justiça. Tudo sem resultado, a espoliação continuou. Então, desesperado, decidiu anunciar a morte da Justiça. Não sei o que sucedeu depois, não sei se o braço popular foi ajudar o camponês a repor as estremas nos seus sítios, ou se os vizinhos, uma vez que a Justiça havia sido declarada defunta, regressaram resignados, de cabeça baixa e alma sucumbida, à triste vida de todos os dias.

Suponho ter sido esta a única vez que, em qualquer parte do mundo, um sino chorou a morte da Justiça. Nunca mais tornou a ouvir-se aquele fúnebre dobre da aldeia de Florença, mas a Justiça continuou e continua a morrer todos os dias. Agora mesmo, neste instante, longe ou aqui ao lado, à porta da nossa casa, alguém a está matando. De cada vez que morre, é como se afinal nunca tivesse existido para aqueles que nela tinham confiado, para aqueles que dela esperavam o que da Justiça todos temos o direito de esperar: justiça, simplesmente justiça. Não a que se envolve em túnica de teatro e nos confunde com flores de vã retórica judicialista, não a que permitiu que lhe vendassem os olhos e viciassem os pesos da balança, não a da espada que sempre corta mais para um lado que para o outro, mas uma justiça pedestre, uma justiça companheira cotidiana dos homens, uma justiça para quem o justo seria o mais rigoroso sinônimo do ético, uma justiça que chegasse a ser tão indispensável à felicidade do espírito como indispensável à vida é o alimento do corpo. Uma justiça exercida pelos tribunais, sem dúvida, sempre que a isso os determinasse a lei, mas também, e sobretudo, uma justiça que fosse a emanção espontânea da própria sociedade em ação, uma justiça em que se manifestasse, como um iniludível imperativo moral, o respeito pelo direito a ser que a cada ser humano assiste.

José Saramago. *Este mundo da injustiça globalizada*
Internet: <dominiopublico.gov.br> (com adaptações)

No texto CG1A1-I, ao empregar a forma verbal “Acontecera”, o narrador trata de acontecimentos

- (A) passados não concluídos.
- (B) presentes como se fossem do passado.
- (C) passados anteriores aos fatos narrados no segundo parágrafo.
- (D) subsequentes aos fatos narrados no segundo parágrafo.
- (E) hipotéticos condicionados a uma ação no passado.

3. (CEBRASPE - 2024)

Texto CB3A1

O Brasil enfrentou, em 2021, a mais grave crise hidrológica das últimas nove décadas. Além de reflexos na produção agrícola e no abastecimento de água nas cidades, a falta de chuvas colocou em risco a capacidade de geração de energia elétrica.

Sem as chuvas, os reservatórios das centrais hidrelétricas baixaram a índices históricos. Em abril daquele ano, fim do período chuvoso, o nível das represas do subsistema Sudeste/Centro-Oeste, que abriga as principais hidrelétricas do país, atingiu 35%, apenas um pouco melhor do que o índice da mesma época em 2001 (32%), quando o Brasil viveu uma grave crise no abastecimento elétrico que causou apagões, deixou as cidades às escuras e, à época, obrigou o governo federal a instituir o racionamento de energia.

Para prevenir o colapso do setor e evitar que a situação vivida há 20 anos se repetisse, algumas medidas foram adotadas pelo Ministério de Minas e Energia. Ainda no primeiro semestre de 2021, o órgão decidiu ampliar a geração elétrica a partir de usinas termelétricas, que funcionam com combustíveis fósseis, e também autorizou o aumento de importação de energia elétrica de países vizinhos, como Argentina e Uruguai.

Pesquisadores e especialistas reconhecem as dificuldades enfrentadas pelo setor elétrico, altamente dependente de recursos hídricos, mas se tem verificado uma transição energética peculiar do Brasil em relação ao resto do mundo. Dados da Agência Internacional de Energia (IEA) mostram que a geração global de energia elétrica é embasada, principalmente, em carvão mineral (38% do total) e gás natural (23%). A fonte hidráulica, predominante no Brasil, responde por apenas 16% da capacidade instalada global. Enquanto a maioria dos países tem uma matriz elétrica com predomínio da fonte térmica, que vem sendo substituída por alternativas renováveis, o Brasil está mudando de uma fonte renovável para outras duas igualmente renováveis, a solar e a

RACIOCÍNIO LÓGICO

1. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)

Suponha que uma professora tenha constatado que, de seus vinte alunos, treze já haviam visitado o museu da cidade e quinze já haviam visitado o planetário. Nesse caso, o menor número possível de alunos que já visitaram tanto o museu quanto o planetário é

- (A) 8.
- (B) 7.
- (C) 5.
- (D) 2.
- (E) 0.

2. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)

Considerando que um subconjunto A de números naturais seja formado por 15 múltiplos de 4, 8 múltiplos de 6, 3 múltiplos de 12 e 7 números ímpares, assinale a opção em que é apresentado o número total de elementos desse conjunto.

- (A) 18
- (B) 21
- (C) 24
- (D) 27
- (E) 30

3. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)

Ao se avaliarem os resultados obtidos em certa área de reflorestamento, verificou-se que 58% das espécies ali plantadas não se adaptaram satisfatoriamente ao clima, enquanto as restantes se adaptaram. Verificou-se, também, que 54% das espécies não realizaram satisfatoriamente a captura de CO₂, mas as restantes, sim.

Com base nessa situação hipotética, assinale a opção em que é apresentado o menor percentual possível de espécies que simultaneamente se adaptaram satisfatoriamente ao clima e realizaram satisfatoriamente a captura de CO₂.

- (A) 0%
- (B) 4%
- (C) 12%
- (D) 42%
- (E) 46%

4. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)

Suponha que uma pesquisa realizada com um grupo de 350 policiais militares revele que, entre estes, 200 já estudaram em instituições de ensino públicas e 200 já estudaram em instituições de ensino particulares.

Nessa situação, o número de policiais participantes da pesquisa que estudaram tanto em instituições de ensino públicas quanto em instituições de ensino particulares é

- (A) igual ou superior a 48 e inferior a 52.
- (B) igual ou superior a 53 e inferior a 57.
- (C) igual ou superior a 58 e inferior a 62.
- (D) igual ou superior a 63 e inferior a 67.
- (E) igual ou superior a 68 e inferior a 72.

5. (CEBRASPE (CESPE) - 2025)

Do total de 193 servidores de uma organização, alguns possuem fluência em inglês, francês ou espanhol, podendo, inclusive, ter fluência em mais de uma das três línguas, ao passo que outros não têm fluência em nenhuma dessas línguas estrangeiras.

Nessa situação, sabendo-se que, do total de servidores, 90 são fluentes em inglês; 75, em francês; 60, em espanhol; 30, em inglês e francês; 20, em inglês e espanhol; 25, em francês e espanhol; e 10 são fluentes nas três línguas, o número de servidores não fluentes em nenhuma das três línguas estrangeiras é igual a

- (A) 103.
- (B) 53.
- (C) 42.
- (D) 33.
- (E) 32.

6. (CEBRASPE (CESPE) - 2024)

A divisão de saúde da usina de Itaipu entrevistou 79 servidores a respeito dos seus hábitos esportivos. Nessa pesquisa, verificou-se que:

- 35 jogam futebol;
- 35 praticam natação;
- 30 jogam tênis;
- 11 praticam futebol e natação;
- 8 praticam natação e tênis;
- 6 praticam tênis e futebol;

- todos os entrevistados praticam algum esporte.

Na situação apresentada, o número de entrevistados que praticam todos os esportes é igual a

- (A) 1.
- (B) 3.
- (C) 4.
- (D) 6.
- (E) 11.

7. (CEBRASPE (CESPE) - 2021)

Considere que uma entrevista com 1.000 jovens tenha revelado que:

- 400 pretendem concluir um curso superior;
- 800 pretendem se casar;
- 200 não pretendem concluir curso superior nem se casar.

Considerando-se que nenhum dos jovens entrevistados deixou de responder à entrevista, é correto afirmar que

- (A) todos os jovens entrevistados que pretendem concluir um curso superior também pretendem se casar.
- (B) todos os jovens entrevistados que pretendem se casar também pretendem concluir um curso superior.
- (C) a maioria dos jovens entrevistados não pretende concluir curso superior nem se casar.
- (D) entre os jovens entrevistados que pretendem se casar, a maioria também pretende concluir um curso superior.
- (E) entre os jovens entrevistados que pretendem concluir um curso superior, a maioria não pretende se casar.

8. (CEBRASPE (CESPE) - 2022)

Durante uma aula em que se discute o algoritmo da divisão entre números inteiros, um estudante apresenta o seguinte questionamento: “Professor, por que em alguns casos, durante o processo divisão euclidiana, eu preciso acrescentar, no quociente, zero e vírgula, e, em outros casos, eu só acrescento vírgula?”

Assinale a opção que apresenta uma explicação correta para a dúvida expressa no texto.

- (A) O zero será acrescentado somente em situações em que o divisor é um produto de potências de 2 e de 5.
- (B) Como a vírgula marca a separação entre a classe das unidades e a dos décimos, o zero só deve ser acrescentado nos casos de divisões inexatas.

(C) O zero deverá ser acrescentado sempre que o número obtido a partir do dividendo, suprimindo o seu algarismo das unidades, for divisível pelo divisor.

(D) Considerando a divisão como uma multiplicação do dividendo pelo inverso do divisor e separando, no dividendo, o último algarismo do restante do número por meio da adição, a inclusão ou não do zero se explica pela aplicação da propriedade associativa.

(E) O zero poderá ser acrescentado sempre que o operador desejar, como forma de facilitar o processo de divisão.

9. (CEBRASPE (CESPE) - 2026)

Uma distribuidora recebeu 360 caixas de um medicamento e pretende criar lotes para sua distribuição, devendo cada lote ter a mesma quantidade de caixas.

Com base nessa situação, assinale a opção em que é corretamente apresentado o número total de diferentes lotes que a distribuidora pode criar.

- (A) 24
- (B) 36
- (C) 45
- (D) 60
- (E) 90

10. (CEBRASPE (CESPE) - 2023)

O menor número natural de 5 dígitos na forma 742ab que seja divisível por 33 terá dígitos a e b iguais a

- (A) 0 e 6, respectivamente.
- (B) 1 e 7, respectivamente.
- (C) 5 e 0, respectivamente.
- (D) 8 e 4, respectivamente.
- (E) 0 e 2, respectivamente.

11. (CEBRASPE (CESPE) - 2024)

Os números racionais satisfazem a ordem

$$\square A = \frac{335}{179}, B = \frac{432}{231} \text{ e } C = \frac{367}{196} \square \text{ ordem.}$$

- (A) $A < C < B$
- (B) $B < C < A$
- (C) $B < A < C$
- (D) $C < B < A$
- (E) $C < A < B$

NOÇÕES DE HISTÓRIA DO MARANHÃO

1. (2026)

No início do século XVII, a expedição francesa comandada por Daniel de La Touche, senhor de La Ravardière, tentou estabelecer uma colônia no território maranhense. Considerando os objetivos e as características dessa iniciativa colonial, assinale a alternativa correta.

- (A) A expedição pretendia estabelecer uma colônia holandesa dedicada exclusivamente à exploração mineral.
- (B) A iniciativa ocorreu após a expulsão definitiva dos portugueses do litoral brasileiro.
- (C) A França Equinocial representou uma tentativa francesa de estabelecer uma colônia em terras maranhenses.
- (D) O empreendimento francês foi organizado pelo governo espanhol durante a União Ibérica.
- (E) A expedição teve como principal objetivo apoiar a independência política do Maranhão.

2. (2026)

A fundação de São Luís está diretamente relacionada às disputas coloniais entre franceses e portugueses no início do século XVII. De acordo com o processo histórico apresentado no material, assinale a alternativa correta.

- (A) O Forte de São Luís foi fundado pelos franceses, em 1612, e recebeu esse nome em homenagem ao rei Luís XIII da França.
- (B) A cidade de São Luís foi fundada pelos holandeses durante a ocupação ocorrida entre 1641 e 1644.
- (C) A fundação da cidade ocorreu somente após a Revolta de Bequimão, no final do século XVII.
- (D) São Luís surgiu como uma missão religiosa destinada exclusivamente à catequização indígena.
- (E) A cidade foi fundada por Jerônimo de Albuquerque antes da chegada dos franceses ao Maranhão.

3. (2026)

A Batalha de Guaxenduba, ocorrida em 19 de novembro de 1614, constituiu um episódio decisivo nas disputas pelo controle do Maranhão. Sobre esse confronto, assinale a alternativa correta.

- (A) A batalha resultou na vitória francesa e na consolidação da França Equinocial.
- (B) O confronto ocorreu entre portugueses e holandeses pelo controle de São Luís.
- (C) A batalha foi travada durante a Revolta de Bequimão e resultou na derrota dos colonos.
- (D) Os portugueses foram derrotados e abandonaram definitivamente o território maranhense.
- (E) A vitória portuguesa dificultou a continuidade do projeto expansionista francês no Maranhão.

4. (2026)

Entre 1641 e 1644, o Maranhão foi ocupado pelos holandeses, inserindo-se no contexto das disputas europeias pelo domínio das áreas coloniais brasileiras. Segundo o material, esse período foi marcado:

- (A) pela concessão de ampla autonomia política e econômica aos habitantes locais.
- (B) pela exploração dos recursos regionais e pela imposição de uma administração colonial estrangeira.
- (C) pela formação de uma república independente liderada pelos comerciantes maranhenses.
- (D) pela extinção das atividades comerciais e pela transferência da capital para o interior.
- (E) pela aliança permanente entre holandeses, portugueses e franceses.

5. (2026)

A expulsão dos holandeses do Maranhão, em 1644, não resultou exclusivamente da atuação das tropas portuguesas. Conforme a interpretação apresentada no texto, esse acontecimento:

- (A) encerrou definitivamente a presença portuguesa no Maranhão.
- (B) provocou a transformação imediata do Maranhão em território independente.
- (C) resultou de um acordo comercial firmado entre franceses e holandeses.
- (D) contou com a resistência popular e restaurou o domínio português sobre a região.
- (E) ocorreu sem confrontos militares e sem participação dos habitantes locais.

6. (2026)

A Revolta de Bequimão, iniciada em 1684, ocorreu em um contexto de insatisfação social, política e econômica no Maranhão colonial. Entre os fatores associados ao movimento, destaca-se:

- (A) a defesa da ampliação do monopólio comercial português na região.
- (B) o descontentamento com os abusos coloniais, os impostos e a ausência de representação política.
- (C) a tentativa de restabelecer o domínio francês sobre São Luís.
- (D) a oposição dos colonos à utilização de trabalhadores assalariados.
- (E) o interesse dos rebeldes em integrar o Maranhão ao domínio holandês.

7. (2026)

A Companhia de Comércio do Maranhão foi criada para controlar e regulamentar as atividades comerciais da região. Em relação às consequências de sua atuação, assinale a alternativa correta.

- (A) A companhia estimulou a concorrência e ampliou a autonomia dos comerciantes locais.
- (B) O monopólio comercial beneficiou igualmente todos os grupos sociais maranhenses.
- (C) A companhia eliminou as restrições econômicas anteriormente impostas pela Coroa.
- (D) O controle monopolista restringiu as oportunidades econômicas e aumentou o descontentamento popular.
- (E) A empresa foi organizada pelos rebeldes para financiar a Revolta de Bequimão.

8. (2026)

Os participantes da Revolta de Bequimão apresentavam reivindicações relacionadas ao funcionamento da economia e do governo colonial. De acordo com o material, um dos principais objetivos do movimento consistia em:

- (A) combater o monopólio comercial e exigir maior autonomia política e econômica para o Maranhão.
- (B) restaurar a administração holandesa e romper as relações comerciais com Portugal.
- (C) estabelecer uma monarquia hereditária independente no Maranhão.
- (D) transferir a capital da colônia de São Luís para Caxias.
- (E) ampliar a autoridade da Companhia de Comércio sobre os produtores locais.

9. (2026)

A declaração de independência realizada por D. Pedro em 7 de setembro de 1822 não produziu adesão automática em todas as províncias. No Maranhão, a incorporação ao Império do Brasil foi oficialmente formalizada:

- (A) em 9 de janeiro de 1822.
- (B) em 13 de março de 1823.
- (C) em 28 de julho de 1823.
- (D) em 7 de agosto de 1822.
- (E) em 15 de novembro de 1823.

10. (2026)

A resistência inicial do Maranhão ao governo de D. Pedro estava relacionada, entre outros fatores, às características geográficas e econômicas da província. Sobre essa questão, assinale a alternativa correta.

- (A) O Maranhão possuía relações comerciais mais intensas com o Rio de Janeiro do que com Lisboa.
- (B) A economia maranhense não dependia do comércio marítimo nem das exportações agrícolas.
- (C) Os comerciantes portugueses estabelecidos em São Luís apoiaram unanimemente a separação.
- (D) A proximidade terrestre com o Rio de Janeiro facilitava a submissão imediata ao novo governo.
- (E) As conexões marítimas com Portugal fortaleciam os vínculos políticos e econômicos com Lisboa.

11. (2026)

A sociedade maranhense apresentava divisões internas durante as guerras de Independência. A respeito das diferenças entre a capital e o interior, assinale a alternativa correta.

- (A) Em São Luís, comerciantes e autoridades ligados a Portugal possuíam grande influência, enquanto grupos independentistas avançavam pelo interior.
- (B) Todas as localidades do interior permaneceram fiéis às Cortes portuguesas até 1825.
- (C) A capital aderiu imediatamente à Independência, enquanto o interior permaneceu neutro.
- (D) Não havia divergências entre proprietários, comerciantes, autoridades e grupos populares.
- (E) As disputas ocorreram exclusivamente entre portugueses e indígenas.

NOÇÕES DE GEOGRAFIA DO MARANHÃO

1. (2026)

O Maranhão apresenta características naturais, econômicas e culturais relacionadas tanto à Região Norte quanto à Região Nordeste. Considerando a localização geográfica e a diversidade paisagística do estado, assinale a alternativa correta.

- (A) O Maranhão integra oficialmente a Região Norte e apresenta paisagens exclusivamente amazônicas.
- (B) O território maranhense encontra-se inteiramente inserido no semiárido nordestino, sem influência amazônica.
- (C) O Maranhão situa-se em uma faixa de transição entre a Amazônia e o Nordeste, reunindo floresta amazônica, cerrado, matas de transição e formações litorâneas.
- (D) A posição geográfica do Maranhão impede a ocorrência de formações vegetais típicas do Centro-Oeste.
- (E) O estado apresenta uniformidade climática e paisagística em razão de sua pequena extensão territorial.

2. (2026)

A extensão territorial do Maranhão contribui diretamente para a diversidade de suas paisagens naturais e atividades econômicas. De acordo com os dados apresentados no material, assinale a alternativa que caracteriza corretamente o território estadual.

- (A) Possui área aproximada de 329.651,463 km² e constitui o maior estado em extensão territorial da Região Nordeste.
- (B) Possui área inferior a 200 mil km² e ocupa a última posição territorial entre os estados nordestinos.
- (C) É o maior estado brasileiro e corresponde a mais da metade do território da Região Nordeste.
- (D) Apresenta dimensão territorial semelhante à do Distrito Federal, com elevada concentração populacional.
- (E) É o segundo menor estado do Nordeste, superando apenas Sergipe.

3. (2026)

Os limites territoriais do Maranhão utilizam tanto referências naturais quanto convenções político-administrativas. Sobre as fronteiras maranhenses, assinale a alternativa correta.

- (A) Ao norte, o Maranhão limita-se exclusivamente com o Pará.
- (B) A leste, o Maranhão faz fronteira com o Ceará, tendo o rio Tocantins como referência.
- (C) Ao sul, o estado limita-se com Goiás e com a Bahia.
- (D) A oeste, a divisa com o Pará acompanha, em grande parte, o curso do rio Gurupi.
- (E) O estado não possui saída para o Oceano Atlântico.

4. (2026)

O litoral do Maranhão possui grande importância ambiental e econômica, abrigando manguezais, baías, campos de dunas e complexos portuários. Segundo o material, esse litoral:

- (A) é o menor do Brasil, com menos de cem quilômetros de extensão.
- (B) estende-se por aproximadamente 640 quilômetros e é um dos mais extensos do país.
- (C) é formado exclusivamente por praias retilíneas, sem baías ou reentrâncias.
- (D) encontra-se totalmente ocupado por áreas urbanas e instalações industriais.
- (E) apresenta águas rasas que impossibilitam a instalação de portos de grande porte.

5. (2026)

Os pontos extremos do Maranhão demonstram a amplitude territorial do estado e ajudam a explicar suas variações ambientais. Assinale a alternativa que relaciona corretamente o ponto extremo à respectiva localização aproximada.

- (A) Norte – Chapada das Mangabeiras.
- (B) Sul – região das Reentrâncias Maranhenses.
- (C) Leste – bacia do rio Gurupi, na divisa com o Pará.
- (D) Oeste – curso do rio Parnaíba, na divisa com o Piauí.

(E) Sul – Chapada das Mangabeiras, onde se encontram algumas das maiores altitudes do estado.

6. (2026)

As Áreas de Proteção Ambiental são unidades de conservação que buscam conciliar a preservação dos recursos naturais com a permanência de populações e atividades econômicas compatíveis. Nesse sentido, assinale a alternativa correta sobre as APAs maranhenses.

- (A) São unidades de proteção integral nas quais é proibida qualquer presença humana.
- (B) Permitem usos sustentáveis e contribuem para a proteção de manguezais, restingas, dunas e lagoas interdunares.
- (C) Destinam-se exclusivamente à exploração mineral controlada.
- (D) Existem apenas no sul do estado, em áreas de cerrado.
- (E) Não podem funcionar como zonas de amortecimento de parques nacionais.

7. (2026)

A Área de Proteção Ambiental das Reentrâncias Maranhenses destaca-se pela relevância ecológica de seus ecossistemas costeiros. Sobre essa unidade, assinale a alternativa correta.

- (A) Localiza-se no extremo sul e protege apenas áreas de cerrado.
- (B) É voltada principalmente à preservação das nascentes do rio Parnaíba.
- (C) Abriga importante concentração de manguezais e integra rotas utilizadas por aves migratórias.
- (D) Corresponde a uma área industrial destinada à produção de alumínio.
- (E) É caracterizada por cânions e cachoeiras formados pela erosão de rochas sedimentares.

8. (2026)

Os parques nacionais são unidades de conservação de proteção integral, direcionadas à preservação da natureza, à pesquisa científica, à educação ambiental e ao turismo controlado. Assinale a alternativa que apresenta corretamente um parque nacional maranhense e sua característica principal.

- (A) Parque Nacional dos Lençóis Maranhenses – dunas de areia branca e lagoas interdunares de água doce.
- (B) Parque Nacional da Chapada Diamantina – manguezais e reentrâncias costeiras.

(C) Parque Nacional do Jaú – campos de babaçu e carnaúba.

(D) Parque Nacional da Serra da Capivara – portos naturais de águas profundas.

(E) Parque Nacional de Jericoacoara – nascentes do rio Tocantins.

9. (2026)

O Parque Nacional da Chapada das Mesas constitui uma das principais áreas naturais protegidas do sul do Maranhão. Sua paisagem é caracterizada principalmente por:

- (A) manguezais, restingas e canais de maré.
- (B) extensos campos de dunas móveis com lagoas sazonais.
- (C) planícies alagáveis utilizadas na criação de búfalos.
- (D) mesas, cânions, cachoeiras e grutas em área de transição ambiental.
- (E) florestas densas e permanentemente úmidas típicas do centro da Amazônia.

10. (2026)

O Parque Nacional das Nascentes do Rio Parnaíba possui importância interestadual e ambiental. Assinale a alternativa que descreve corretamente essa unidade de conservação.

- (A) Localiza-se exclusivamente na ilha de São Luís.
- (B) Protege as nascentes do rio Mearim e os manguezais da Baixada Maranhense.
- (C) Foi criado para preservar exclusivamente o patrimônio arquitetônico colonial.
- (D) Abrange apenas territórios do Maranhão e do Pará.
- (E) Situa-se na região de encontro entre Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia, protegendo nascentes do rio Parnaíba.

11. (2026)

O parque industrial maranhense apresenta forte concentração espacial e ligação direta com a infraestrutura de transportes. Sobre essa organização industrial, assinale a alternativa correta.

- (A) A maior concentração industrial ocorre na Grande São Luís, favorecida pelos portos de águas profundas e pelas conexões ferroviárias.
- (B) O parque industrial concentra-se exclusivamente na Baixada Maranhense, devido à criação de búfalos.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

1. (CEBRASPE (CESPE) - 2023)

Considere-se que Sara precise escrever um resumo para uma atividade escolar.

Nessa situação, se Sara utilizar o Microsoft Word 2016 para realizar a tarefa e salvar o arquivo, esse arquivo será salvo, por padrão, na extensão

- (A) .xlsx.
- (B) .txtx.
- (C) .docx.
- (D) .pttx.

2. (CEBRASPE (CESPE) - 2021)

No MS Word, é possível, em um documento em edição, atribuir ao texto e a títulos das partes, capítulos ou itens, uma configuração padrão, como numeração, tamanho e tipo da fonte. Essa função está disponível na opção da guia Página Inicial do Word

- (A) Fonte.
- (B) Numeração.
- (C) Layout da página.
- (D) Estilos.
- (E) Parágrafo.

3. (CEBRASPE (CESPE) - 2021)

No MS Word, para seguir fazendo alterações, em um documento existente, sem modificar o arquivo original, deve-se clicar o menu

- (A) Salvar arquivo a cada alteração realizada.
- (B) Salvar como e informar outro nome de arquivo e, em seguida, fazer alterações nessa nova versão.
- (C) Salvar após terem sido realizadas as alterações no documento original.
- (D) Exportar arquivo para ser criado outro formato e não alterar o original.

4. (CEBRASPE (CESPE) - 2021)

Considere que três usuários estejam modificando um documento editado pelo Microsoft Word, na sua última versão, e que seja necessário impedir alterações de formatação nesse documento. Para isso, deve ser usado o recurso

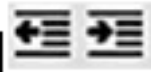
- (A) Restringir Edição.
- (B) Mostrar Marcação.

(C) Controlar Alterações.

(D) Verificar Acessibilidade.

5. (CEBRASPE (CESPE) - 2021)

No MS Word, a aba Página Inicial oferece um conjunto de opções básicas de edição de texto, em particular as de alinhar o texto do documento, acionadas

- (A) pelos ícones 
- (B) pelo ícone 
- (C) pelo ícone 
- (D) pelos ícones 

6. (CEBRASPE (CESPE) - 2025)

	A	B	C	D
1	Consumo	jan	fev	mar
2	A	3	5	7
3	B	1	4	6
4				

Considerando a figura precedente, que ilustra parte de uma planilha em edição no MS Excel 365, assinale a opção que apresenta o resultado que será obtido ao se inserir, na célula B4, a fórmula =MÉDIASE(B2:D3;">4").

- (A) 6
- (B) 3
- (C) 5,5
- (D) 4,3
- (E) 22

7. (CEBRASPE (CESPE) - 2024)

Texto 2A4-II

Um funcionário de uma instituição financeira mantém o controle dos vencimentos das operações de crédito na sua carteira com uma planilha no Microsoft Excel. A seguir, é mostrada parte da planilha, tal como ela se apresentava em 9/11/2023, com os títulos das colunas e alguns valores de algumas linhas. Cada operação de crédito corresponde a uma linha na planilha.

	F	G	H	I
1	Proxima data vencimento	Qtde dias vencido	E-mail	
2	27/10/2023	13	abc@def.ghi	
3	15/11/2023	-6	xyz@rst.uvw	

A instituição utiliza uma régua de cobrança, da qual foram extraídas as seguintes informações:

- 10 dias antes da data de vencimento: envio do boleto ao cliente (email ou carta);
- data de vencimento: último dia para pagamento pelo cliente;
- 5 dias após o vencimento: no caso de o pagamento não ser informado pelo banco, envio do primeiro email de cobrança;
- 15 dias após o vencimento: no caso de o pagamento não ser informado pelo banco, envio do segundo email de cobrança.

Na situação hipotética apresentada no texto 2A4-II, o funcionário tem a planilha preparada para que as informações sejam atualizadas o mais automaticamente possível. Assim, a coluna G, que mostra há quantos dias a parcela está vencida, reflete um atraso quando tem um valor positivo; e um valor negativo indica apenas que a parcela ainda não venceu, não havendo, portanto, atraso. Considerando essas informações, assinale a opção em que é apresentada a fórmula que permite manter a célula G3 sempre atualizada.

(A) =DATA(2023;11;9)-DATA(2023;11;15)

(B) =HOJE()-F3

(C) =DATA(9/11/2023-F3)

(D) =ATRASSO(HOJE;(2023;11;9))

(E) =(9-15)

8. (CEBRASPE (CESPE) - 2023)

	A	B	C	D	E
1	Rodovias Pedagiadas				
2	Nº	Contrato	Concessionária	Trecho / Objeto	Data de Assinatura
3	1	001/2010/00/00/ASJU	Rodovia da Mudança	MT-449/010/388	15/12/2010
4	2	002/2010/00/00/ASJU	INTERVIAS	MT-242	15/12/2010
5	3	003/2010/00/00/ASJU	APASI	MT-242/MT-491	15/12/2010
6	4	004/2010/00/00/ASJU	SPS	MT-140/MT-235	15/12/2010
7	5	001/2011/00/00/ASJU	Morro da Mesa	MT-130	15/07/2011
8					
9	Total de Contratos				

DIREITO ADMINISTRATIVO

1. (CEBRASPE - 2026)

Assinale a opção em que são apresentados os princípios fundamentais da administração pública que decorrem da bipolaridade do direito administrativo (liberdade do indivíduo e autoridade da administração pública), a partir dos quais se constroem todos os demais.

- (A) moralidade e publicidade
- (B) legalidade e impessoalidade
- (C) moralidade e eficiência
- (D) publicidade e eficiência
- (E) legalidade e supremacia do interesse público sobre o particular

2. (CEBRASPE - 2026)

Assinale a opção **correta** no que se refere ao regime constitucional-administrativo.

- (A) A publicidade de atos, programas, obras e serviços dos órgãos públicos pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos.
- (B) Os atos de improbidade administrativa produzem exclusivamente efeitos patrimoniais, vedada a suspensão de direitos políticos.
- (C) As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso nos casos de dolo ou culpa.
- (D) A inobservância da exigência de concurso público gera mera anulabilidade do ato, sanável pela confirmação posterior da autoridade competente.
- (E) As reclamações relativas à prestação de serviços públicos independem de disciplina legal, por serem direito fundamental de aplicação imediata.

3. (CEBRASPE - 2025)

A atuação ética do servidor público deve estar pautada por princípios constitucionais implícitos e explícitos aplicáveis à administração pública. Assinale a opção em que é apresentado um princípio explícito da administração pública.

- (A) subjetividade
- (B) impessoalidade
- (C) proporcionalidade
- (D) conveniência
- (E) supremacia do interesse privado

4. (CEBRASPE - 2022)

Em relação ao princípio administrativo da publicidade, assinale a opção **correta**.

- (A) A publicidade dos atos do poder público deve ser irrestrita.
- (B) Sem a devida publicação, os atos do poder público não podem ser considerados completos.
- (C) A publicidade legalmente assegurada a um ato administrativo circunscreve-se ao ato propriamente dito, sem abranger seus atos preparatórios e sua motivação.
- (D) Apenas pessoas com interesse subjetivo específico, o qual deve ser exposto como fundamento de eventual pedido de acesso a informação, têm direito a obter informações sobre atos do poder público.
- (E) A publicidade de atos, obras e serviços públicos é amparada constitucionalmente, mas não é autorizado o emprego de símbolos ou imagens com finalidade de promoção individual de gestores públicos.

5. (CEBRASPE - 2022)

Assinale a opção que corresponde ao princípio administrativo que se relaciona à vedação ao desperdício ou à má utilização dos recursos públicos e que, inicialmente implícito na Constituição Federal de 1988, foi explicitado por meio de emenda constitucional.

- (A) princípio da impessoalidade
- (B) princípio da eficiência
- (C) princípio da moralidade
- (D) princípio da razoabilidade
- (E) princípio da proporcionalidade

6. (CEBRASPE - 2021)

A proibição ao gestor de nomear parente e a proibição de que constem nomes ou imagens que caracterizem promoção de autoridades em divulgação de campanhas de órgãos públicos decorrem, especialmente, dos seguintes princípios constitucionais da administração pública

- (A) eficiência e publicidade.
- (B) legalidade e publicidade.
- (C) moralidade e impessoalidade.
- (D) impessoalidade e eficiência.
- (E) moralidade e publicidade.

7. (CEBRASPE - 2024)

No que se refere aos princípios da administração pública, assinale a opção **correta**.

- (A) O princípio da legalidade na administração pública é aplicado de forma que esta somente pode praticar ato previsto em lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- (B) De acordo com o princípio constitucional da publicidade, todo ato da administração pública deve ser divulgado, não havendo exceção, em decorrência de seu dever de transparência.
- (C) Devido ao princípio da supremacia do interesse público, não há aplicação do princípio da segurança jurídica na administração pública.
- (D) O princípio da proporcionalidade impõe à administração pública permanente adequação entre os meios e os fins, de forma a evitar medidas abusivas.
- (E) Os princípios explícitos guardam supremacia sobre os princípios implícitos, mesmo que ambos decorram da Constituição Federal.

8. (CEBRASPE - 2023)

A administração pública possui o poder-dever de reverter os seus próprios atos, seja para anulá-los por vício de legalidade, seja para revogá-los por questões de conveniência e de oportunidade. Trata-se, nesse caso, do princípio da administração pública da

- (A) eficiência.
- (B) moralidade.
- (C) segurança jurídica.
- (D) autotutela.
- (E) impessoalidade.

9. (CEBRASPE - 2021)

O princípio adotado no processo administrativo com a finalidade de vedar a aplicação retroativa de nova interpretação de lei no âmbito da administração pública denomina-se princípio da

- (A) eficiência.
- (B) segurança jurídica.
- (C) moralidade.
- (D) publicidade.
- (E) impessoalidade.

10. (CEBRASPE - 2024)

Um servidor público aplicou uma multa a uma empresa por esta não seguir as determinações contidas em determinado contrato. A empresa contestou a multa, alegando que o servidor público não tinha a competência para aplicar sanções administrativas.

Nessa situação hipotética, entre os atributos do ato administrativo, aquele que garante que a multa aplicada pelo servidor público será considerada válida até prova em contrário é a

- (A) presunção de legitimidade.
- (B) autoexecutoriedade.
- (C) imperatividade.
- (D) vinculação.
- (E) discricionariedade.

11. (CEBRASPE - 2023)

Em relação aos atributos dos atos administrativos, assinale a opção **correta**.

- (A) Legalidade é o atributo que possibilita a utilização de meios coercitivos indiretos para se exigir a execução de um ato administrativo.
- (B) Todos os atos administrativos são dotados de autoexecutoriedade, uma vez que é prerrogativa do poder público impor o ato administrativo, independentemente da anuência de qualquer outro poder.
- (C) Em razão do princípio da legalidade, os atos administrativos possuem presunção de legitimidade, isto é, de que foram editados de acordo com as normas do ordenamento jurídico.
- (D) A tipicidade desobriga o administrador de editar atos administrativos entre os tipos legalmente previstos no ordenamento.
- (E) Por dependerem de anuência, os atos administrativos não se impõem a terceiros.

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. (CEBRASPE - 2024)

A respeito da classificação das constituições, assinale a opção **correta**.

- (A) A constituição material está necessariamente inserida na formal, de modo que não pode haver norma materialmente constitucional fora da lei fundamental.
- (B) São consideradas analíticas ou prolixas as constituições extensas, que não se limitam a tratar de conteúdos materialmente constitucionais, sendo exemplo desse gênero a Constituição Federal de 1988.
- (C) A constituição material é o conjunto de regras e princípios que tratam de direito substantivo, em oposição à constituição formal, que reúne as regras de direito adjetivo.
- (D) Quanto ao processo de reforma, uma constituição é classificada como rígida quando não admite modificação.
- (E) A constituição histórica é fruto de evento revolucionário, como é o caso da Constituição francesa de 1791.

2. (CEBRASPE - 2024)

Com base na teoria constitucionalista brasileira clássica e majoritária, assinale a opção correta no que diz respeito à classificação das constituições.

- (A) A constituição material, em sentido estrito, designa as normas constitucionais inseridas em um documento escrito que regula a estrutura do Estado e os direitos fundamentais.
- (B) As constituições rígidas são aquelas que não admitem a alteração do seu texto.
- (C) As constituições promulgadas são aquelas impostas por um grupo detentor do poder, por meio de um processo autoritário.
- (D) As constituições dogmáticas podem ser escritas ou não escritas, tais como as históricas ou costumeiras.
- (E) A constituição cesarista é aprovada por meio de plebiscito popular, o qual ratifica um texto constitucional elaborado pelo detentor do poder.

3. (CEBRASPE - 2021)

No que se refere à doutrina majoritária, assinale a opção **correta** acerca das constituições e suas classificações.

- (A) A constituição sistematizada em ideias e princípios fundamentais de teoria política e do direito dominante no momento de elaboração é classificada como formal.
- (B) A constituição rígida não pode ser modificada pelo poder constituinte derivado ou reformador.
- (C) A constituição outorgada, que passa por um processo de consulta ao eleitorado para revesti-la de aparente legitimidade, é classificada como pluralista.
- (D) Constituição, em sentido jurídico, pode ser definida como aquela que diz respeito à forma de estado, à forma de governo, aos órgãos do poder e à declaração dos direitos individuais.
- (E) A Constituição Federal de 1988 é classificada como formal, escrita, analítica, dogmática, promulgada e rígida.

4. (CEBRASPE - 2024)

Conforme a Constituição Federal de 1988, os fundamentos da República Federativa do Brasil incluem

- (A) a solução pacífica dos conflitos.
- (B) a pluralidade partidária.
- (C) a civilidade.
- (D) a dignidade da pessoa humana.
- (E) os valores legais das normas jurídicas e sociais.

5. (CEBRASPE - 2023)

Os princípios fundamentais da República Federativa do Brasil elencados na Constituição Federal de 1988 (CF) referem-se aos fundamentos, aos objetivos fundamentais e aos princípios que regem suas relações internacionais. Em relação a esse tema, assinale a opção **correta**.

(A) A igualdade é um dos fundamentos da República Federativa do Brasil, expressamente previsto no texto constitucional.

(B) Nas suas relações internacionais, a República Federativa do Brasil deve observar o princípio da soberania militar, de modo que, havendo conflito com outra nação estrangeira, a solução adotada deve privilegiar a ação bélica para a garantia da independência nacional.

(C) A promoção do bem de todos, sem quaisquer preconceitos e discriminações, constitui objetivo fundamental da República Federativa do Brasil.

(D) A CF veda a concessão de asilo político, em decorrência do princípio da não intervenção.

(E) Garantir o desenvolvimento internacional é um dos princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil.

6. (CEBRASPE - 2026)

Caso a falta de norma regulamentadora torne inviável o exercício de direitos e liberdades constitucionais, é cabível, segundo a Constituição Federal de 1988 (CF), o ajuizamento de

(A) mandado de segurança individual.

(B) mandado de segurança coletivo.

(C) mandado de injunção.

(D) *habeas corpus*.

(E) *habeas data*.

7. (CEBRASPE - 2025)

A Constituição Federal de 1988 (CF) prevê mecanismos de participação direta do cidadão na vida política. A respeito desses mecanismos de exercício da cidadania, assinale a opção **correta**.

(A) O voto é obrigatório para todos os brasileiros, prescindível a análise de alfabetização.

(B) A ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público pode ser proposta por qualquer cidadão.

(C) O referendo é convocado por iniciativa de qualquer das casas do Congresso Nacional ou do presidente da República.

(D) O plebiscito é convocado após a aprovação de lei pelo Congresso Nacional.

(E) A iniciativa popular de lei exige apoio de, no mínimo, 5% do eleitorado nacional.

8. (CEBRASPE - 2022)

No que diz respeito aos denominados remédios constitucionais, assinale a opção **correta**.

(A) Uma vez impetrado *habeas corpus* para cessar violência ou coação à liberdade de locomoção de alguém, não pode o impetrante desistir da ação, pois isso representaria violação de direitos fundamentais consagrados constitucionalmente.

(B) O mandado de segurança pode ser proposto por qualquer cidadão e tem por finalidade a anulação ou declaração de nulidade de atos lesivos ao patrimônio público, seja tal patrimônio da União, de estado, do Distrito Federal, de município, de empresa pública, de sociedade de economia mista ou de entidade autárquica.

(C) O *habeas corpus* preventivo é aquele utilizado para afastar ameaça à liberdade de locomoção, ao passo que o *habeas corpus* repressivo é impetrado quando a pessoa pensa que está sofrendo violência ou coação em sua liberdade de locomoção. Por isso, o *habeas corpus* preventivo é chamado, também, de *habeas corpus* real, enquanto o *habeas corpus* repressivo é designado como *habeas corpus* putativo.

(D) O mandado de segurança coletivo e o mandado de injunção coletivo são institutos análogos, pois ambos objetivam a proteção de direito líquido e certo não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, mas se diferenciam na ordem constitucional, uma vez que o mandado de injunção coletivo é utilizado, entre outras finalidades, para afastar ou corrigir abuso de poder ou ilegalidade contra direito líquido e certo que sejam praticados por autoridade ou agentes no exercício de função pública.

(E) O *habeas data*, além de assegurar o acesso a informações relativas à pessoa do impetrante que constem de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou que sejam de caráter público, serve, ainda, para retificar dados, quando não se preferir fazê-lo por processo sigiloso, de cunho administrativo ou judicial.

9. (CEBRASPE - 2024)

Com base nos direitos e garantias fundamentais previstos na CF, assinale a opção **correta**.

(A) O princípio da igualdade previsto na CF assegura que homens e mulheres têm direitos e deveres iguais e não podem existir casos em que ocorra diferenciação.

DIREITO PENAL

1. (CEBRASPE - 2022)

Em termos de interpretação da lei penal, quando se encontram na legislação expressões como “qualquer outro meio”, “qualquer outra vantagem”, “outro recurso” ou “qualquer outro meio fraudulento”, por exemplo, tais preceitos serão supridos por

- (A) analogia.
- (B) interpretação progressiva.
- (C) interpretação autêntica.
- (D) interpretação analógica.
- (E) interpretação declarativa.

2. (CEBRASPE - 2024)

Com relação à aplicação da lei penal no tempo, assinale a opção correta, considerando o entendimento jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal (STF).

- (A) Aplica-se a pena mais branda quando o crime for continuado e surgir lei posterior mais gravosa que a vigente à época do início da continuidade.
- (B) Admite-se a conjugação de partes de uma lei, criando-se uma *lex tertia* a ser aplicada ao caso concreto.
- (C) Aplica-se a retroatividade da lei penal mais benéfica quando houver evolução de entendimento jurisprudencial mais benéfico.
- (D) Lei penal intermediária mais favorável ao réu, com vigência entre a data do fato criminoso e a data da respectiva sentença condenatória, não terá qualquer relevância para aplicação no direito penal brasileiro.
- (E) No caso de lei posterior que beneficie, em parte, o acusado e, em outra, o prejudique, deve o juiz da causa ou da execução aplicar, em sua integralidade, a lei que seja mais benéfica.

3. (CEBRASPE - 2021)

No direito penal brasileiro, a retroatividade de lei nova que deixa de considerar um fato como criminoso

- (A) é vedada, conforme a Constituição Federal de 1988.
- (B) não cessa os efeitos penais da condenação.
- (C) extingue a punibilidade do agente.
- (D) não se aplica a fatos transitados em julgado.

(E) torna a lei anterior excepcional ou temporária.

4. (CEBRASPE - 2025)

Com base no disposto no Código Penal brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) A sentença estrangeira que condena um brasileiro pode ser homologada no Brasil para obrigá-lo a reparar o dano, independentemente de pedido da parte interessada.
- (B) A lei posterior que, de qualquer modo, favorecer o agente aplica-se aos fatos anteriores, salvo se, por fato atribuível à defesa, o trânsito em julgado for postergado por manobras protelatórias.
- (C) Em atenção ao princípio da territorialidade mitigada, não se sujeitam à lei brasileira os crimes cometidos por estrangeiros no estrangeiro.
- (D) A lei penal excepcional ou temporária continua aplicável aos fatos praticados durante seu período de duração, mesmo após o término de sua vigência ou após cessadas as circunstâncias que a determinaram, o que configura hipótese de ultratividade.
- (E) Considera-se praticada a infração no momento em que se produz o seu resultado.

5. (CEBRASPE - 2023)

Quanto ao tempo do crime, assinale a opção **correta**.

- (A) Mesmo que lei posterior deixe de considerar determinado fato como crime, não serão excluídos os efeitos penais de condenação feita com base na legislação outrora vigente.
- (B) A lei temporária aplica-se ao fato praticado durante sua vigência, ainda que decorrido o período de sua duração.
- (C) A lei excepcional tem aplicação imediata, não gerando efeitos caso não aplicada durante sua vigência.
- (D) Definido o fato como criminoso, a pena deve ser aplicada quando estabelecida cominação para ele.
- (E) Ainda que transitada em julgada sentença penal condenatória, lei posterior terá aplicação imediata.

6. (CEBRASPE - 2023)

De acordo com a doutrina e a legislação penal, os prazos penais são

- (A) prorrogáveis, incluindo-se em sua contagem o dia do começo.
- (B) improrrogáveis, excluindo-se o dia do começo em seu cômputo.
- (C) improrrogáveis, incluindo-se em seu cômputo o dia do começo.
- (D) prorrogáveis, excluindo-se o dia do começo em sua contagem.

7. (CEBRASPE - 2022)

Quanto à eficácia espacial da lei penal à luz do princípio da territorialidade, é correto afirmar que a lei penal só tem aplicação no

- (A) Estado que a tenha determinado, independentemente da nacionalidade do agente e do bem jurídico tutelado.
- (B) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, a nacionalidade do sujeito ativo do delito.
- (C) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o espaço geográfico delimitado por fronteiras.
- (D) Estado que a tenha determinado, considerando-se, estritamente, o titular do bem jurídico tutelado.
- (E) Estado que a tenha determinado, considerando-se, unicamente, a nacionalidade da vítima.

8. (CEBRASPE - 2025)

No que diz respeito à aplicação da lei penal brasileira, assinale a opção correta.

- (A) O agente que atenta contra a vida do presidente da República fora do território nacional permanece sujeito à lei penal brasileira, ainda que já tenha sido julgado e absolvido no exterior, por se tratar de hipótese de extraterritorialidade de aplicação automática.
- (B) A lei penal brasileira não se aplica a crimes praticados contra a administração pública por servidores a seu serviço no exterior.
- (C) Crimes contra o patrimônio de empresa pública federal cometidos fora do Brasil estão sujeitos apenas à lei do local da prática da conduta delituosa.
- (D) Crimes de genocídio praticados por estrangeiro domiciliado no Brasil são casos de extraterritorialidade condicionada.

(E) O Brasil só aplica a lei penal a crimes cometidos no estrangeiro quando houver tratado específico que disponha sobre a matéria.

9. (CEBRASPE - 2023)

Ficam sujeitos à lei brasileira, embora cometidos no estrangeiro, independentemente de qualquer outra condição, os crimes

- (A) praticados em aeronaves ou embarcações brasileiras, mercantes ou de propriedade privada, quando em território estrangeiro e que aí não sejam julgados.
- (B) de genocídio, quando o agente for brasileiro ou domiciliado no Brasil.
- (C) cometidos por estrangeiro contra brasileiro.
- (D) que, por tratado ou convenção, o Brasil se obrigou a reprimir.
- (E) praticados por brasileiro.

10. (CEBRASPE - 2025)

Um cidadão brasileiro residente na Itália foi condenado naquele país pela prática de crime contra a vida. Cumpriu 10 anos de medida de segurança de internação em hospital psiquiátrico italiano, em razão de doença mental superveniente. Após retornar ao Brasil, foi instaurada ação penal por crime de homicídio praticado anteriormente no território nacional e, tendo sido reconhecida sua inimizabilidade ao tempo do fato, foi-lhe aplicada medida de segurança de internação, com prazo mínimo de 3 anos. A defesa requereu o cômputo do tempo de internação cumprido na Itália para fins de detração da medida aplicada no Brasil.

Considerando a situação hipotética apresentada, assinale a opção correta à luz do disposto no Código Penal (CP) e da jurisprudência dos tribunais superiores.

- (A) O tempo cumprido no exterior só poderá ser computado se reconhecida a identidade absoluta entre o delito julgado na Itália e aquele processado no Brasil, aplicando-se por analogia o art. 8.º do CP.
- (B) O tempo de internação cumprido no exterior só poderá ser computado se houver identidade entre os regimes jurídicos de execução da medida de segurança no Brasil e na Itália, pois a detração exige equivalência normativa absoluta.
- (C) O tempo cumprido no exterior jamais pode ser computado, porque a medida de segurança tem natureza eminentemente terapêutica, incompatível com a ideia de detração.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

1. (CEBRASPE - 2022)

Em relação aos sistemas processuais penais e aos seus princípios reitores, assinale a opção correta.

- (A) A efetividade da repressão criminal do sistema acusatório cabe especialmente ao órgão julgador, responsável pela aplicação da pena no caso concreto.
- (B) No sistema acusatório, o legislador admite que a imparcialidade judicial esteja comprometida com um objetivo considerado mais importante.
- (C) O modelo ideal de sistema acusatório é previsto em instrumento normativo internacional, a partir de critérios uniformes definidos pela doutrina processual.
- (D) A crítica ao sistema inquisitivo está relacionada à sua falta de rigor quanto à certeza de repressão dos fatos contrários à ordem social.
- (E) A decisão sobre o sistema que deverá ser implantado em determinado país pressupõe uma definição prévia, por parte do legislador, de alguns critérios de política criminal, entre os quais está o grau de eficiência da repressão.

2. (CEBRASPE - 2025)

A respeito da fase pré-processual e da natureza jurídica e funcional do inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) O inquérito policial visa obter elementos mínimos acerca de uma conduta criminosa e, por isso, deve sempre servir de fundamento para a propositura de uma ação penal.
- (B) O inquérito policial é um procedimento administrativo inquisitivo que tem por finalidade a aplicação da sanção penal ao indiciado.
- (C) Em razão da natureza inquisitiva do inquérito, não se admite a requisição de diligências pelo indiciado diretamente à autoridade policial.
- (D) O inquérito policial pode ser instaurado mediante provocação do ofendido ou de seu representante legal, porém nunca de ofício.
- (E) O delegado de polícia poderá, conforme o caso, deixar de instaurar inquérito policial, mesmo diante de notícia criminis, se verificar ausência de elementos mínimos que indiquem materialidade e autoria.

3. (CEBRASPE - 2025)

Acerca da disciplina do inquérito policial no processo penal brasileiro, assinale a opção correta.

- (A) A autoridade policial poderá, de ofício, instaurar inquérito nos crimes de ação privada se houver prova da autoria e da materialidade, comunicando o fato ao Ministério Público.
- (B) A autoridade policial assegurará o sigilo necessário à elucidação do fato ou exigido pelo interesse da sociedade, sendo vedada a menção, em atestado de antecedentes, à mera existência de inquérito em curso.
- (C) O Ministério Público pode devolver os autos do inquérito à autoridade policial quantas vezes entender necessárias, inclusive para complementação genérica de provas, antes do oferecimento da denúncia.
- (D) A autoridade policial pode determinar o arquivamento do inquérito quando entender inexistirem elementos suficientes para o oferecimento da denúncia, cabendo ao Ministério Público apenas ratificar o ato.
- (E) Nos crimes de ação pública condicionada, o inquérito policial poderá ser instaurado independentemente da representação da vítima, desde que haja fundadas razões da materialidade e da autoria.

4. (CEBRASPE - 2023)

Acerca do inquérito policial, assinale a opção **correta**.

- (A) Do despacho que indeferir o requerimento de abertura de inquérito não é cabível recurso.
- (B) Nos crimes em que a ação pública depender de representação, o inquérito não poderá sem ela ser iniciado.
- (C) Nos crimes de ação privada, a lei permite que autoridade policial instaure inquérito policial ainda que não haja o requerimento ofendido.
- (D) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, não acompanharão os autos do inquérito.
- (E) As diligências requeridas pelo ofendido no curso do inquérito policial deverão ser realizadas pela autoridade policial.

5. (CEBRASPE - 2023)

Acerca dos sistemas de investigação criminal e do inquérito policial, julgue os próximos itens.

I Após a conclusão de seus trabalhos, as comissões parlamentares de inquérito (CPI) têm competência para, se for o caso, promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

II É defeso ao Ministério Público realizar diretamente a investigação de crimes, porquanto inexistente no texto constitucional expressa atribuição dessa função ao parquet.

III O direito do defensor, no interesse do representado, de ter acesso amplo aos elementos de prova que digam respeito ao exercício do direito de defesa abrange diligências ainda em andamento e elementos ainda não documentados em procedimento investigatório realizado por órgão com competência de polícia judiciária.

IV Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), é cabível a anulação de processo penal em razão de eventuais irregularidades verificadas em inquérito policial, uma vez que as nulidades processuais não têm relação somente com os defeitos de ordem jurídica pelos quais tenham sido afetados os atos praticados ao longo da ação penal condenatória.

Assinale a opção **correta**.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas os itens I e II estão certos.
- (C) Apenas os itens I e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens II e III estão certos.
- (E) Apenas os itens III e IV estão certos.

6. (CEBRASPE - 2022)

Com relação ao inquérito policial, assinale a opção correta.

- (A) É indispensável sua instauração e conclusão com indiciamento para o oferecimento da denúncia.
- (B) Não é admitida sua instauração em crime de ação penal pública condicionada a representação.
- (C) O delegado pode arquivar o inquérito policial quando não identificar o autor da infração penal.
- (D) O inquérito policial é um procedimento administrativo sigiloso que reúne informações para subsidiar a ação penal.
- (E) A instauração do inquérito policial, de ofício, pelo delegado é obrigatória em se tratando de crimes de ação penal privada.

7. (CEBRASPE - 2022)

O inquérito policial é atividade investigatória realizada por órgãos oficiais, não podendo ficar a cargo do particular, ainda que a titularidade do exercício da ação penal pelo crime investigado seja atribuída ao ofendido.

Considerando-se as características do inquérito policial, é **correto** afirmar que o texto anterior discorre sobre

- (A) o procedimento escrito do inquérito policial.
- (B) a indisponibilidade do inquérito policial.
- (C) a oficiosidade do inquérito policial.
- (D) a oficialidade do inquérito policial.
- (E) a dispensabilidade do inquérito policial.

8. (CEBRASPE - 2022)

Assinale a opção correta em relação ao inquérito policial.

- (A) O objetivo do inquérito policial é permitir a formação da *opinio delicto* das pessoas ou instituições responsáveis pela formulação do juízo acusatório, que, via de regra, incumbe ao Poder Judiciário.
- (B) A autoridade policial poderá indeferir o pedido de instauração de inquérito feito por pessoa que se julga vítima de fato criminoso, caso constate que se trata de fato atípico.
- (C) Trata-se de procedimento administrativo imprescindível para a propositura da ação penal.

DIREITOS HUMANOS

1. (FGV - 2026)

Foi encaminhada *notitia criminis* a uma unidade da Polícia Civil do Estado Alfa argumentando com a possível configuração de uma situação de assédio moral no fato de os pais do adolescente X terem escolhido o gênero de instrução a ser ministrado a ele. Para sustentar a ilicitude da conduta, foi afirmado, entre outros argumentos, que ela era dissonante da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH).

Ao avaliar o enquadramento, ou não, da situação descrita em um tipo penal, o Delegado de Polícia observou corretamente que a DUDH

(A) assegurou aos pais a prioridade na realização da escolha referida na *notitia criminis*.

(B) dispôs que deveria ser assegurado o melhor interesse da criança, não assegurando aos pais o direito de realizar essa escolha.

(C) não incursionou nessa temática, que veio a ser abordada no Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais.

(D) afastou a liberdade de escolha dos pais, quanto ao gênero de instrução, quando o Poder Público assegurar o direito à educação de maneira gratuita.

(E) assegurou à criança e ao adolescente o direito de escolher o gênero de instrução, competindo ao órgão estatal competente decidir caso haja divergência com os pais.

2. (FGV - 2026)

Maria, pessoa integrante de um grupo historicamente excluído, sustentou em evento público, no qual se encontravam autoridades de distintos poderes e níveis federativos, que “a construção da igualdade material é uma determinação expressa da Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH)”, de modo que sua efetivação consubstancia obrigação do Poder Público.

No que se refere ao teor da assertiva de Maria é correto afirmar que a DUDH, considerando os seus termos,

(A) adota a igualdade material como referencial do justo.

(B) determina a implementação de ações afirmativas em relação a pessoas que se encontrem na situação de Maria.

(C) menciona a igualdade em sentido lato, não adotando a dicotomia entre igualdade formal e igualdade material.

(D) vê a igualdade como ínsita à condição humana, não a prevendo como direito autônomo, mesmo em relação a pessoas na mesma situação de Maria.

(E) somente preconiza a igualdade material em relação à necessidade de serem construídos os direitos da mulher, que deve receber tratamento mais benéfico que o homem.

3. (FGV - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) — Resolução 217-A (III) da Assembleia Geral das Nações Unidas, 1948 constitui parâmetro mínimo para a proteção dos direitos humanos em âmbito mundial.

Sobre esse documento, assinale **V** para a afirmativa verdadeira e **F** para a falsa.

() A DUDH é o primeiro tratado internacional firmado pelo Brasil, o qual defendeu a sua aprovação na reunião da ONU.

() Declara que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos.

() Todos os seres humanos nascem iguais em dignidade e direitos, portanto, todas as políticas afirmativas são ilegais.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – F.

(B) F – F – V.

(C) F – F – F.

(D) V – V – F.

(E) V – F – V.

4. (CEBRASPE - 2024)

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, o objetivo primordial dos direitos e liberdades nela proclamados é

- (A) impor restrições aos direitos individuais em prol do bem-estar coletivo.
- (B) estabelecer direitos exclusivamente para grupos minoritários.
- (C) garantir o bem-estar social de todos os indivíduos, a qualquer preço.
- (D) assegurar a supremacia dos direitos civis sobre os direitos políticos.
- (E) proteger a dignidade humana e promover o desenvolvimento da personalidade de cada indivíduo.

5. (FGV - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas por meio da Resolução 217 A III, em dezembro de 1948. Uma de suas motivações é a proteção dos direitos humanos pelo império da lei. Não é possível negar que uma das suas inspirações foram as atrocidades praticadas por regimes totalitários. Hoje, no entanto, tem-se enfatizado a crise por que passa a democracia a partir das fragilidades próprias desse regime.

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é **correto** afirmar que:

- (A) a previsão do direito humano à liberdade de expressão, instrumento colocado para promover a democracia, não encontra limitação expressa, a significar que qualquer discurso é legítimo;
- (B) a disposição afirmando o direito a participar do governo do próprio país diretamente inexistente, muito embora haja previsão dessa participação por meio de representantes livremente eleitos;
- (C) o direito humano de liberdade de associação, próprio dos regimes democráticos, conquanto previsto e condicionado ao caráter pacífico, não vem acompanhado da inerente liberdade de não se associar;
- (D) a vontade do povo como sendo a base da autoridade de um governo é reconhecida como direito humano, mas isso abre espaço para o problema da tirania da maioria, não resolvido pelo texto;
- (E) o governo, apoiado na vontade do povo, reclama sua manifestação através de eleições periódicas e legítimas, sufrágio universal e voto secreto ou processo equivalente, assegurada a liberdade de voto.

6. (FGV - 2024)

A Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 pode ser considerada um marco ético universal e consagra um consenso sobre diversos valores a serem seguidos pelos Estados. Inicialmente, foi aprovada por 48 Estados, sem nenhum voto contrário. Ocorreram oito abstenções.

Quanto à Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948, é correto afirmar que:

- (A) prevalece seu caráter restritivo, no sentido de apenas incorporar ao seu texto direitos de segunda dimensão ou geração, considerados aqueles sem os quais o ser humano não desenvolve sua personalidade;
- (B) caracteriza-se principalmente pela particularidade, na medida em que, subscrita apenas por países da Europa Ocidental e Américas, prevaleceu a proteção a pessoas brancas, cristãs e do sexo masculino;
- (C) é marcante a divisibilidade dos direitos, posto ter sido uma opção estratégica cuidar dos direitos tidos como civis e políticos, sem conjugação com os econômicos, sociais e culturais, que necessitariam de um atuar positivo do Estado;
- (D) categoriza-se como uma resolução, adotada pela Assembleia das Nações Unidas, cujo preâmbulo externa o propósito de promover o reconhecimento universal dos direitos humanos e liberdades fundamentais;
- (E) não se qualifica como uma interpretação da expressão direitos humanos, presente na Carta das Nações Unidas, significando, portanto, uma ausência de interrelação entre a Carta e a Declaração.

7. (FGV - 2024)

Sobre o conceito de direitos humanos, suas características e seus marcos documentais, é correto afirmar que:

- (A) direitos humanos são aqueles previstos na Constituição e na legislação, enquanto direitos fundamentais são aqueles estabelecidos em convenções e tratados internacionais;
- (B) a Declaração Universal de Direitos Humanos proíbe tortura, tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante, salvo nos casos de terrorismo e necessidade da investigação para proteção da coletividade;

LEGISLAÇÃO EXTRAVAGANTE

1. (CEBRASPE - 2025)

Considerando o disposto na Lei federal n.º 12.846/2013, conhecida como Lei Anticorrupção, assinale a opção correta.

- (A) A celebração de acordo de leniência e a efetiva colaboração com as investigações eximem a pessoa jurídica da obrigação de reparar integralmente o dano causado ao erário.
- (B) A apuração da responsabilidade de pessoa jurídica deve ser realizada por comissão constituída pela autoridade instauradora, com, pelo menos, 3 servidores estáveis ou não, e concluída no prazo máximo de 180 dias.
- (C) Essa lei é inaplicável aos atos lesivos praticados contra o patrimônio público estrangeiro.
- (D) As sociedades controladoras, controladas, coligadas ou as consorciadas respondem subsidiariamente pela prática dos atos lesivos contra o patrimônio público nacional.
- (E) Na esfera cível e administrativa, a pessoa jurídica responde de forma objetiva pelos atos praticados em seu interesse ou benefício, exclusivo ou não.

2. (CEBRASPE - 2021)

A sociedade empresária Brothers, sediada na Suíça, é representada no Brasil por José e controladora da pessoa jurídica Irmãos Ltda., que foi constituída e está sediada no estado do Rio de Janeiro. A sociedade Brothers determinou a funcionários da empresa controlada que adotassem medidas para dificultar a realização de fiscalização por auditores federais da Receita Federal do Brasil.

Considerando essa situação hipotética e os termos da Lei n.º 12.846/2013, assinale a opção correta.

- (A) A sociedade empresária Brothers, por ser sediada na Suíça, não está submetida às regras da lei em questão.
- (B) Em razão de os funcionários serem da empresa Irmãos Ltda., a empresa Brothers não poderá ser responsabilizada.
- (C) A fixação da multa terá por base percentual do faturamento líquido da controladora.

(D) A sociedade empresária Brothers poderá responder solidariamente com a Irmãos Ltda. pelos atos praticados.

(E) A mera oposição de dificuldade não constitui hipótese de responsabilização pela lei.

3. (CEBRASPE - 2023)

Determinada sociedade empresária fraudou contrato administrativo decorrente de licitação pública celebrado com certa secretaria de estado.

Nessa situação hipotética, conforme a Lei n.º 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), o processo administrativo de apuração de responsabilidade da pessoa jurídica

- (A) será instaurado pela autoridade máxima do órgão envolvido, sendo vedada a delegação da competência para essa instauração.
- (B) poderá ser julgado por autoridade delegada para tanto, sendo vedada a subdelegação da competência para o julgamento do processo.
- (C) impede que ocorra a fusão, a incorporação ou a cisão societária até que seja devidamente apurada a responsabilidade.
- (D) será conduzido por comissão constituída de servidores estáveis, a qual poderá determinar busca e apreensão na sede da sociedade.
- (E) deverá ser suspenso se for apurada responsabilidade individual das pessoas naturais gerentes da sociedade empresária.

4. (CEBRASPE - 2021)

A respeito do acordo de leniência, julgue os itens a seguir.

I A rejeição ao acordo de leniência importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado.

II A celebração do acordo de leniência interrompe o prazo prescricional dos atos ilícitos praticados pelo agente.

III Os efeitos do acordo de leniência podem ser estendidos às pessoas jurídicas que integrem o mesmo grupo econômico, de fato e de direito.

IV A proposta de acordo de leniência poderá tornar-se pública antes da efetivação do respectivo acordo.

Estão certos apenas os itens

- (A) I e II.
- (B) I e III.
- (C) III e IV.
- (D) I, II e IV.
- (E) II, III e IV.

5. (CEBRASPE - 2025)

Para os fins da aplicação da Lei n.º 8.429/1992, considera-se agente público

- I o agente político.
- II o servidor contratado temporariamente.
- III o empregado de autarquia regido pela CLT.
- IV o servidor não ocupante de cargo efetivo em função comissionada.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas os itens I e II estão certos.
- (B) Apenas os itens I e IV estão certos.
- (C) Apenas os itens II e III estão certos.
- (D) Apenas os itens III e IV estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

6. (CEBRASPE - 2024)

No que concerne à organização administrativa e ao controle da administração pública, assinale a opção correta.

- (A) A administração pública indireta é constituída por pessoas jurídicas de direito privado, como autarquias, empresas públicas e sociedades de economia mista, ao passo que a administração pública direta é composta por pessoas jurídicas de direito público.
- (B) As disposições da Lei n.º 8.429/1992 (Lei de Improbidade Administrativa) são aplicáveis somente aos agentes públicos.
- (C) A constituição de empresa pública ou de sociedade de economia mista é feita por lei, com indicação explícita da sua motivação por relevante interesse coletivo ou imperativo de segurança nacional.
- (D) A criação de subsidiária de empresas públicas e sociedade de economia mista prescinde de autorização legislativa, uma vez que esta já é presumida pela criação do ente principal.
- (E) O mero exercício da função ou do desempenho de competências públicas, sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.

7. (CEBRASPE - 2022)

Considerando as práticas previstas na Lei n.º 8.429/1992, configuram atos de improbidade administrativa os atos

- (A) destituídos de vontade livre e consciente que importem enriquecimento ilícito.
- (B) marcados pela ausência de vontade livre e consciente que violem princípios da administração pública.
- (C) destituídos de dolo que produzam prejuízos ao erário.
- (D) dolosos que violem princípios da administração pública.
- (E) livres e conscientes no exercício da função que, mesmo sem comprovação de dolo, produzam prejuízos ao erário.

8. (CEBRASPE - 2025)

Constitui ato de improbidade administrativa que causa lesão ao erário a ação ou omissão dolosa de agente público que

- (A) deixe de prestar contas quando esteja obrigado a fazê-lo, desde que disponha das condições para isso, com vistas a ocultar irregularidades.
- (B) aceite emprego, comissão ou atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa jurídica que tenha interesse suscetível de ser amparada por ação ou omissão decorrente das atribuições do agente público, durante a atividade.
- (C) conceda benefício administrativo ou fiscal sem a observância das formalidades legais ou regulamentares aplicáveis à espécie.
- (D) perceba vantagem econômica para intermediar a liberação ou aplicação de verba pública de qualquer natureza.
- (E) utilize, em obra ou serviço particular, qualquer bem móvel de propriedade de entidade do Poder Executivo, bem como o trabalho de servidores, de empregados ou de terceiros contratados por essa entidade.

9. (CEBRASPE - 2025)

Durante uma auditoria interna, foi constatado que um servidor público de determinado município autorizou, sem justificativa técnica, o pagamento de valores superiores aos praticados no mercado para aquisição de insumos hospitalares, beneficiando uma empresa recém-constituída. Ficou comprovado que o servidor não enriqueceu com o ato, mas causou prejuízo aos cofres públicos.